



# Investimento em ouro escapa aos impostos

- Compra e venda de barras não paga mais-valias
- Nova lei para o comércio de ouro não assusta líder de mercado

Primeira-linha 4 a 7



Reuters



O NEGÓCIO QUE BRILHA

# Investimento em ouro escapa aos impostos

Quem investe em barras e moedas de ouro não paga imposto sobre mais-valias, porque a legislação fiscal não o prevê. Só se for considerada actividade empresarial **ANDRÉ VERÍSSIMO** averissimo@negocios.pt

O investimento em barras e moedas de ouro tem ganho popularidade em Portugal devido à elevada valorização que o metal teve na última década, e ao receio de que a crise da dívida em Portugal ponha em causa as poupanças que estão no banco. Quem o faz tem ainda outro incentivo: não paga impostos.

Quando se entra numa joalheria para comprar uma peça de ouro, sabe-se que no preço está incluído 23% de IVA. Já se for uma barra e tiver como destino o investimento, não paga o imposto, porque não se trata de um bem de consumo. A isenção resulta do Decreto-lei 362/99, que define o "Regime Especial Aplicável ao Ouro para Investimento", e aplica-se ao ouro sob a forma de barra ou placa, mas também às moedas que não sejam transaccionadas pelo seu interesse numismático, mas pelo metal que contém.

A isenção de IVA no ouro para investimento aplica-se em toda a União Europeia. O diploma português é, de resto, a transposição de uma directiva comunitária. A Comissão Europeia publica, todos os anos, uma lista das moedas abrangidas.

Esta regra permite que não exista discriminação em relação ao investimento em acções ou obrigações. Mas nestas, se o retorno for positivo, o investidor tem de pagar imposto sobre mais-valias, em sede de IRS. Mas uma vez, no metal precioso não.

O código de IRS menciona quais os instrumentos financeiros que pagam imposto sobre mais-valias. Nestes é preciso entregar ao Fisco 25% do saldo entre mais

menos-valias obtido no ano, ficando isentos os primeiros 500 euros. As barras e moedas de ouro não estão na lista.

"O princípio da tipicidade é fundamental e estruturante em qualquer direito fiscal", explica Luís Leon, "associate partner" da Deloitte. "Só pode ser tributado o que está expressamente previsto na Lei, e o ouro não consta do código".

Rita Magalhães, jurista da Vieira de Almeida & Associados, tem a mesma opinião: "O artigo 10.º do Código de IRS tem um elenco exaustivo das mais-valias. O legislador não incluiu o ouro, pelo que não conseguimos tributá-lo". E porquê esta opção? "Julgo que será pelo facto de ser um mercado difícil de controlar e pela sua dimensão não ser significativa", justifica.

José Magalhães Ramalho, sócio da sociedade de advogados PLMJ, acrescenta que "as mais-valias obtidas por pessoas singulares não estão sujeitas a tributação em sede de IRS, quando tais rendimentos resultem de operações fortuitas e que não sejam realizadas de modo habitual como sucede com os comerciais".

Ou seja, a única forma de quem compra e vende ouro para investimento poder eventualmente ser taxado é se o fizer de forma reiterada e habitual. Aí, poder-se-á estar perante uma actividade comercial ou um acto isolado comercial. No entanto, explica Luís Leon, enquadrar o investimento em ouro nestes casos é difícil, porque o conceito de actividade comercial é vago. "Na prática, que eu saiba, o investimento em ouro não está a ser tributado", afirma Luís Leon.

**Só pode ser tributado o que está expressamente previsto na Lei, e o ouro não consta do código.**

**LUÍS LENON**

"Associate partner" da Deloitte

O Ministério das Finanças aponta que "o investimento em valores mobiliários e instrumentos mobiliários que tenham o ouro como subjacente [como os certificados ou "warrants"] está sujeito à tributação em sede de IRS". Em relação ao investimento em barra, refere apenas que existe tributação quando "os rendimentos decorram do exercício de uma actividade empresarial".

Na prática, alguém que retire a poupança de um depósito a prazo — onde paga uma taxa de 25% sobre os juros recebidos — e a invista em barras de ouro deixa de entregar dinheiro ao fisco. No entanto, passa a estar exposto à variação da cotação do metal precioso. Convém também reter que o mercado de barras de ouro é pouco líquido, pelo que poderá ter de aceitar um valor bem mais baixo do que a cotação oficial para conseguir vender.



**Maior procura** | Aumento da procura por barras de ouro, por causa da crise, esgotou "sim"

**BARRAS NÃO PAGAM IMPOSTO. DERIVADOS, SIM**

**TRIBUTAR OU NÃO? FISCALISTAS DIVIDEM-SE**

**ACÇÕES E OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As mais-valias no investimento em acções, obrigações, "warrants" e outros instrumentos derivados são taxadas a 25% em sede de IRS a partir deste ano. O imposto incide sobre o saldo entre ganhos e perdas no final do ano, ficando isentos os primeiros 500 euros.

**INVESTIMENTO EM BARRAS DE OURO**

O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares não tipifica o investimento em barras de ouro, pelo que está isento do pagamento de mais-valias. A menos que se trate de uma actividade comercial.

**DERIVADOS SOBRE O OURO**

Se investir em certificados, futuros ou ETF sobre o ouro, as mais-valias serão taxadas a 25%, tal como acontece nos fundos de investimento e acções.

Os especialistas em direito fiscal dividem-se quanto à importância de tributar o ouro para investimento. Rita Magalhães, jurista da Vieira de Almeida & Associados, diz que "não seria descabido aplicar o imposto sobre mais-valias ao ouro no contexto actual, em que se procura aumentar a base tributária". Luís Leon, "associate partner" da Deloitte, duvida de que compense avançar para a cobrança. "Não sei se a dimensão do mercado de compra e venda de ouro justifica que se criem os instrumentos tributários para taxar as mais-valias", diz. Na sua opinião "não vale a pena ter regra de incidência sobre algo que é difícil de controlar". João Magalhães Ramalho, sócio da PLMJ, diz que o sistema fiscal podia ser aperfeiçoado, considerando que a comercialização de ouro para investimento "aproxima-se do negócio cambiário (existência de uma cotação diária e intervenientes licenciados)".



cks" em algumas lojas. Se antes a entrega era feita em três dias, agora pode chegar a duas semanas.

Bloomberg

# Crise da dívida europeia deverá manter o brilho do metal

## Ouro deverá valorizar pelo 12º ano consecutivo, dizem os analistas

**PATRÍCIA ABREU**  
pabreu@negocios.pt

Após 11 anos de ganhos, o ouro continua a valorizar. E deverá brilhar ainda mais, este ano, suportado pela procura por protecção contra a inflação, mas também pelos receios em torno da crise da dívida europeia. Num cenário extremo, de colapso da união monetária, o preço da onça poderá, acreditam os analistas, chegar aos 2.500 dólares.

A aversão ao risco tem ditado um aumento na procura de ouro. Atingiu um recorde, em 2011, ao ascender a 4.067,1 toneladas, avaliadas em 205,5 mil milhões de dólares, segundo a World Gold Council. Uma evolução explicada pelo reforço de reservas por parte de investidores de países como a China, Alemanha, Áustria e Suíça.

A perspectiva é de que, este ano, o apetite se mantenha. E, nesse sentido, que os preços do metal continuem a subir. A matéria-prima avançou, ontem, 1,01% para 1.752,52 dólares por onça, elevando para quase 11% o ganho em 2012. Segundo um inquérito realizado pela Reuters poderá, atingir, este ano, os 2.000 dólares.

Asuportar as estimativas dos especialistas está a perspectiva de que se mantenha uma elevada procura por refúgio contra a instabilidade na Europa, que permanece elevada apesar do acordo alcançado no início do semana que garantiu um novo pacote de ajuda à Grécia.

“O ouro vai subir para os 2.500 dólares por onça se a Zona Euro começar a separar-se”, defendeu, recentemente, a Capital Economics. A casa de investimento acredita que a Grécia poderá abandonar, ainda este ano, a moeda única. Portugal e Irlanda poderão seguir-se em 2013.

Mas a alimentar a perspectiva de um novo ano de ganhos para o

Em caso de colapso do euro, os especialistas acreditam que as cotações do ouro poderão superar a barreira dos 2.500 dólares por onça.

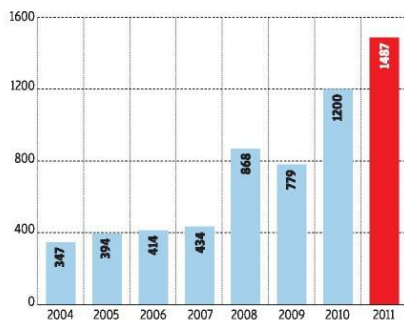
ouro, o 12º consecutivo se se vier a confirmar a subida no final do ano, está também a perspectiva de que os investidores quererão protecção contra a subida da inflação. John Paulson, o conhecido investidor bilionário, é um dos que recomenda o investimento. “Quando a inflação se tornar evidente, o ouro provavelmente já terá disparado. Por isso, agora é a altura para construir uma posição no ouro”, lê-se numa carta dirigida aos investidores, citada pela Bloomberg.

Esta não é, contudo, uma opinião consensual. Há quem afirme que existe uma bolha no ouro. É o caso, entre outros, de Warren Buffett. O “guru” dos mercados aconselhou, recentemente, os aforradores a aumentarem a exposição às acções, em detrimento das obrigações e também do ouro. Nas últimas semanas, os mercados foram brindados com valorizações expressivas. Um bom desempenho que a confirmar-se poderá aumentar o apetite por activos de maior risco, penalizando o metal precioso.

## MAIOR PROCURA LEVOU PREÇOS A RECORDE

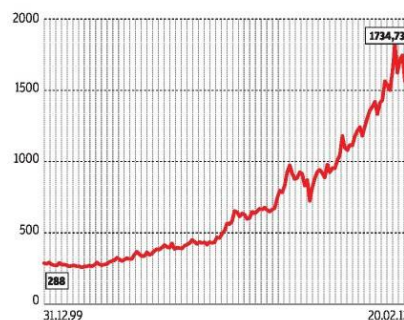
A procura por ouro manteve a dinâmica dos anos anteriores em 2011, com um aumento de 0,4%, para 4.067 toneladas, de acordo com o World Gold Council. A evolução deve-se sobretudo ao investimento no metal precioso, em particular através da compra de barras, que tem ajudado a sustentar a subida das cotações.

**PROCURA POR BARRAS DUPLICOU EM DOIS ANOS**  
EVOLUÇÃO DA PROCURA EM TONELADAS



Unidade: toneladas | Fonte: World Gold Council

**METAL RENDE 45,7% POR ANO DESDE 2000**  
EVOLUÇÃO DO OURO NOS ÚLTIMOS 11 ANOS



Unidade: dólares | Fonte: Bloomberg

A crise da dívida soberana contribuiu para um forte aumento da procura por barras de ouro para investimento a partir de 2010. A Europa lidera, seguida da Índia e da China. Nestes países, a protecção contra a inflação é o principal motivo para o investimento.

O metal dourado brindou os investidores com fortes ganhos nos últimos 11 anos. Desde 2000, o preço do ouro multiplicou-se por seis, passando de 288 para 1.734,7 dólares. Em média, o investimento rendeu 45,7% por ano. Em 2012, o metal valoriza perto de 11%.



O negócio que brilha

# Líder do mercado desvaloriza ímpeto regulador

A Valores diz que já trabalha em cooperação com as autoridades policiais e revela que pretende continuar a sua expansão em Portugal e no estrangeiro

**RUI NEVES**  
ruineves@negocios.pt

A Valores, marca nacional líder no negócio de compra, venda e avaliação de metais preciosos, garante que a revisão em curso da legislação sobre este sector em nada vai mudar a sua actuação, nem o plano de expansão da empresa.

“Temos agências em Espanha, em França e no México, onde a lei é diferente, sendo que a nossa realidade está completamente adaptada às leis locais. O mesmo acontece e acontecerá, no novo quadro legal, em Portugal”, afirmou André Pinto, administrador da Valores.

Com duas centenas de lojas abertas em Portugal e uma facturação superior a 100 milhões de euros, o primeiro “franchising” ibérico do sector desvaloriza o impacto da nova legislação à luz do “benchmark” exercitado noutras geografias onde está presente. “Não temos preferência por nenhum quadro legislativo. Na base, todos os enquadramentos são idênticos e semelhantes ao actualmente em vigor em Portugal”, avançou o mesmo gestor.

Mas nem tudo que se regula é ouro. “O aumento de leis nem sempre significa avanços e melhorias. Por vezes, são mais os retrocessos e o aumento de complexidade de aplicação”, ressaltou André Pinto sobre a revisão de uma legislação com mais de 30 anos. Apesar de tudo, a sua expectativa é que “a lei traga mais rigor, mais profissionalismo e mais credibilidade ao sector”.

A nova lei deverá obrigar quem actua neste mercado a comunicar em tempo real, com imagens dos artigos e identidade do vendedor, para que a PJ possa cruzar com dados relativos a objectos roubados.



André Pinto, da Valores, revela que já trabalha em colaboração com as autoridades.

**A Valores conta com duas centenas de lojas abertas em Portugal e uma facturação superior a 100 milhões de euros.**

Neste aspecto, o administrador da Valores salientou que, “desde o início da nossa actividade, temos colaborado muito de perto com a PJ e sempre que foi necessário ou solicitado foi efectuada a comparação entre as peças compradas e declaradas à PJ para controlo da nossa prática”.

Este tipo de procedimento nem sequer é uma novidade para a Valores, “pois, por exemplo, em França, onde temos duas lojas em funcionamento, esta prática já existe. Para nós não se mostra um problema pois temos todo o programa informático preparado para tal e achamos fundamental esta cooperação entre empresas e entidades”, sublinhou Pinto, enfatizando o facto de a Valores “efectuar, confor-

me a lei, o reporte semanal das compras efectuadas nas agências com identificação das peças e do vendedor das mesmas”. Dois exemplos internacionais: “Em Espanha, existe um livro de registo das compras, fornecido pela polícia, e em França a informação das compras é dada de imediato via ‘e-mail’.”

Confrontado com a acusação das autoridades policiais de que “uma parcela muito significativa do ouro furtado e roubado” em Portugal se destina aos estabelecimentos de comércio de ouro, defendeu a prática da Valores: “Não podemos fazer leituras de uma realidade que não conhecemos. Nas nossas agências próprias e ‘franchisadas’ todas as compras são introduzidas no sistema informático e registadas como compra à PJ e à Autoridade Tributária Aduaneira, por isso, tais práticas são desconhecidas do nosso método de trabalho.”

A Valores promete, de resto, continuar a reforçar a sua liderança em Portugal e a aposta na internacionalização. Opera actualmente 200 agências no País – 70 próprias e 130 “franchisadas”, e quer “atingir as 275 até ao final deste ano, 40 das quais serão no estrangeiro”. O grupo detém neste momento 16 agências em Espanha, duas em França e uma no México. O que se segue? “Angola e Brasil são países que, por razões históricas, estão sempre na agenda de internacionalização de uma empresa portuguesa.”

O administrador da empresa revelou que a Valores fechou 2011 com uma facturação de 115 milhões de euros, quase duplicando a performance registada no ano anterior, e estima chegar ao final deste ano com vendas de 125 milhões de euros.

## PERGUNTAS A...

● **ANDRÉ PINTO**  
ADMINISTRADOR DA VALORES

**“Que a lei traga mais credibilidade ao sector”**

**A classe política parece ter despertado para o fenómeno da compra e venda de ouro usado. Como vê este frenesim em torno da proposta legislativa que está a ser trabalhada?**

É normal a classe política seguir a sociedade e os assuntos que vão estando mais actuais. E uma vez que desde 2008, e devido a vários contextos favoráveis – nomeadamente, os sucessivos recordes que o ouro atingiu e as sucessivas valorizações do metal dourado a nível mundial que o tornaram num refúgio seguro –, o negócio assistiu a um crescimento acentuado, havendo uma maior oferta deste serviço no mercado, é normal que as atenções se centrem num assunto que ganhou uma grande visibilidade nos últimos três anos... mas que existe desde sempre.

**Que impacto podem ter as alterações regulatórias em curso?**

É prematuro estar a especular sobre eventuais consequências quando ainda não sabemos o que vai mudar. Teremos de aguardar pela lei e mais ainda pela sua implementação. Temos a expectativa que a lei traga mais rigor, mais profissionalismo e mais credibilidade ao sector. Isso seria bom para as marcas e empresas, como a Valores, que se pautam, desde o início, por estes parâmetros.

**E o novo quadro legal vai alterar o posicionamento da Valores?**

Só teremos uma opinião quando o novo quadro legal for conhecido mas pensamos que não. Temos agências em Espanha, em França e no México, onde a lei é diferente, sendo que a nossa realidade de está completamente adaptada às leis locais. O mesmo acontece e acontecerá em Portugal.

**Vão continuar a expandir-se em Portugal?**

Queremos atingir as 275 agências até ao final do ano, 40 das quais no estrangeiro.



Crise estimula o negócio | Número



Marilene Alves/Correio da Manhã



# Parlamento inicia hoje audições a polícias, entidades públicas e sector

Grupo de trabalho que prepara nova lei para casas de compra e venda de ouro vai ouvir responsáveis nas próximas duas semanas

**MARIA JOÃO BABO**  
mbabo@negocios.pt

O grupo de trabalho criado no âmbito da comissão parlamentar de Economia e Obras Públicas para analisar a legislação sobre compra e venda de ouro usado vai ouvir, nas próximas duas semanas, um conjunto de entidades ligadas ao sector. O objectivo é que até ao final de Março seja apresentada uma iniciativa legislativa com regras mais apertadas ao nível do licenciamento, comércio e publicidade das casas de compra e venda de ouro em segunda mão.

A primeira audição está marcada para hoje, com Manuel Bairrão Oleiro, do Instituto de Museus e Conservação, em representação da Secretaria de Estado da Cultura. No dia 28 serão ouvidos responsáveis da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) e Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE). Um dia depois será a vez de confederações e associações ligadas ao comércio e à ourivesaria. No dia 6 de Março será a vez de responsáveis da Polícia Judiciária (PJ), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR) serem ouvidos no Parlamento sobre este negócio, que tem estado a florescer com a crise. Além destas audições, o grupo de trabalho irá ainda recolher informação por escrito junto da Deco.

Ao **Negócios**, Luís Campos Ferreira, presidente da comissão parlamentar de Economia e Obras Públicas, manifestou na semana passada "preocupação" com as regras actuais do negócio de compra de ouro usado. É que, ao contrário da actividade prestamista, que necessita de uma autorização da DGAE, estas lojas precisam ape-



Luís Campos Ferreira, que lidera comissão de Economia e Obras Públicas, diz estar preocupado.

Regras serão mais apertadas quanto ao licenciamento, publicidade e relacionamento com autoridades.

nas de uma licença da INCM, que é renovada automaticamente. Por outro lado, as casas de compra e venda de ouro – que serão já pelo menos 10.500 em Portugal – também não estão obrigadas, ao contrário dos prestamistas, a enviar listagens de 15 em 15 dias para a PJ com a identificação das peças compradas e nome e morada do vendedor, de forma a que possa ser feito um cruzamento com a base de dados do ouro roubado. A ligação entre os assaltos a ourivesarias e o crescimento do número de casas de compra e venda de ouro foi, inclusivamente, assumida recentemente no estudo nacional relativo ao fenómeno de furto e roubo de estabelecimentos de venda de ouro realizado pela Equipa Mista de Prevenção Criminal.

Além de regras mais apertadas no licenciamento e no relacionamento com as autoridades policiais, Luís Campos Ferreira considera ainda que é também necessário actuar ao nível da publicidade deste negócio.

## NOVA LEI DEVERÁ ESTAR PRONTA EM MARÇO

### GRUPO DE TRABALHO INICIA AUDIÇÕES

O grupo de trabalho para a compra e venda de ouro, criado no âmbito da comissão parlamentar de Economia e Obras Públicas, começa hoje a ouvir responsáveis ligados a esta área. A primeira audição é de Manuel Bairrão Oleiro, do Instituto de Museus e Conservação.

### ENTIDADES PÚBLICAS E ASSOCIAÇÕES DO SECTOR

Nas próximas duas semanas serão ouvidos responsáveis de diversas áreas. Para o dia 28 deste mês estão agendadas audições com a ASAE, INCM e DGAE. E no dia seguinte com confederações e associações ligadas ao comércio e à ourivesaria. Será ainda recolhida informação por escrito junto da Deco.

### POLÍCIAS RELACIONAM COM OURO ROUBADO

A 6 de Março serão ouvidos responsáveis da PJ, PSP e GNR. A ligação entre assaltos a ourivesarias e o crescimento do negócio de compra e venda de ouro foi assumida no estudo nacional, divulgado este mês, relativo ao fenómeno de furto e roubo de estabelecimentos de venda de ouro realizado pela Equipa Mista de Prevenção Criminal. O estudo apontou ainda para o facto do mercado do ouro encerrar vulnerabilidades relativas à sua potencial utilização para o branqueamento de capitais.

### NOVA LEI DEVERÁ ESTAR PRONTA EM MARÇO

O grupo de trabalho pretende apresentar uma iniciativa legislativa até ao final de Março, instituindo regras mais apertadas para as casas de compra e venda de ouro ao nível dos licenciamentos, da publicidade e do próprio relacionamento com as autoridades policiais. O grupo quer ainda que a nova lei seja não só para o futuro, mas também para regulamentar as casas já existentes.

de lojas de compra e venda de ouro disparou nos últimos anos. Valores é líder.